

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Marta Lauri Iepsen

**Organização do Grêmio Estudantil na
Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Rodolfo Bersch**

Pelotas

2015

Marta Lauri Iepsen

**Organização do Grêmio Estudantil da
Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Rodolfo Bersch**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª M^ª. Márcia Maciel de Campos

Pelotas

2015

RESUMO

O presente trabalho trata do Projeto de Intervenção (PI) desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Rodolfo Bersch, localizada em São Lourenço do Sul – RS. O PI foi desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado nos anos de 2014 e 2015. Teve por objetivo a organização do grêmio estudantil com a finalidade de ampliar os espaços de participação dos estudantes. Esta proposta se sustenta nos conceitos da gestão democrática e busca a participação efetiva de toda a comunidade no projeto educacional da escola e por direito à educação, uma conquista histórica da humanidade que adquire sentido quando os poderes públicos e a sociedade exigem o seu cumprimento. O PI teve como metodologia a pesquisa-ação, uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores, que a partir de suas pesquisas aprimoram seu ensino e o aprendizado de seus alunos. Das ações realizadas destacam-se as assembleias de estudantes para a organização do Grêmio Estudantil e o processo de escolha dos representantes para a formação da diretoria e dos conselhos. Nestes momentos foi possível perceber a motivação e participação estudantil. O PI contribuiu para a efetivação do direito à educação e o desenvolvimento da gestão democrática na escola, promovendo reflexão sobre participação estudantil nas decisões escolares e a colaboração na busca por maior qualidade escolar.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil. Gestão Democrática. Participação. Direito à Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
3. METODOLOGIA.....	17
4. ANÁLISE DAS AÇÕES.....	24
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	29
6. REFERÊNCIAS	31
7. ANEXOS	34

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a educação em nosso país esteve marcada por estes paradigmas: escola para ricos e escola para pobres, escola pública e escola privada, bem como esteve condicionada à ordens institucionais, ideológicas e econômicas. A partir de meados da década de 90, até os dias atuais, grandes esforços e empreendimentos de todas as esferas governamentais – federal, estadual e municipal – estão sendo mobilizados para atingir a universalização na educação, porém esta ainda não foi atingida em sua plenitude. Ainda falta planejamento e ação do Estado para realizar as mudanças necessárias; o que os governos têm feito ainda não foi suficiente para erradicar problemas antigos e que parecem sem solução.

Um desses problemas é a questão da participação estudantil na escola. Recentemente, a partir da perspectiva da gestão democrática, passou-se a incentivar a ocupação de todos os espaços de participação na escola através da formação de instâncias colegiadas, como o Círculo de Pais e Mestres que é representado apenas por pais e professores e do Conselho Escolar composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, professores e funcionários). Também houve o aprimoramento do processo de escolha do diretor da escola, que passou a ser eleito pela comunidade escolar em eleições diretas. Diversos projetos que envolvem o planejamento coletivo como a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), as alterações no regimento escolar e nos planos de estudos conta com a tomada de decisões propostas por uma gestão democrática da escola. Apesar de todos os esforços para contemplar todos os segmentos ainda faltava a criação do Grêmio Estudantil (GE).

É deste tema que trata o presente trabalho, o qual apresenta o Projeto de Intervenção (PI), desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que teve como objetivo a criação do grêmio estudantil como forma de ampliação dos espaços de participação estudantil na escola e, em razão da oportunidade de fazer a especialização “Escola de Gestores” busquei no curso qualificar e desenvolver a gestão democrática na escola em que atuo.

Sou professora, formada em Pedagogia, com mais de vinte e cinco anos de magistério sempre trabalhando com alunos dos anos iniciais em escolas do campo; além de regência de classe em escola multisseriada na maior parte da carreira, também perpassaram minha prática docente as funções administrativas relacionadas à gestão escolar, como a coordenação

pedagógica e a direção. Trabalho há seis anos na Escola Prof. Rodolfo Bersch e atualmente com 60 horas semanais tendo duas turmas de currículo durante o dia e estando na vice-direção à noite.

As atividades que culminaram no desenvolvimento do PI foram desenvolvidas durante as tarefas da Sala Ambiente Projeto Vivencial, realizadas de meados do mês de novembro do ano de 2014 até o final do primeiro semestre de 2015 e foram implementadas na Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Rodolfo Bersch, localizada em Boa Vista, 6º distrito de São Lourenço do Sul – RS, distante 30 km da sede do município.

Esta instituição de ensino iniciou suas atividades no ano de 1880 quando as famílias residentes nas localidades de Picadas de Boa Vista, Quevedos, Birkenfeld e Coxilha Negra fundaram a Sociedade Escolar Boa Vista para o ensino primário de seus filhos. Em 1935, com a divisão desta, os católicos fundam a Sociedade Católica Escolar de Boa Vista e a Escola Particular Padre Manoel da Nóbrega. Em 07 de janeiro de 1939 é criado o Grupo Escolar de Boa Vista, instalado no mesmo prédio da Sociedade Escolar, oferecendo ensino primário do 1º ao 5º ano. Em 1972 foram implantadas os anos finais do ensino fundamental que na época correspondiam a 6ª, 7ª e 8ª série.

Em 25 de janeiro de 1996, atendendo a pedidos da comunidade, foi autorizado o funcionamento da Escola Estadual de 1º e 2º Grau Prof. Rodolfo Bersch. Em 26 de abril de 2011 implantou-se o ensino médio noturno, antigo anseio dos jovens e adultos do interior do município, que assim poderiam concluir os estudos da educação básica. Atualmente, a escola funciona em três turnos e conta com um quadro de recursos humanos composto por 41 professores, duas secretárias, três merendeiras, dois agentes de manutenção e infraestrutura, uma monitora e uma bibliotecária, sendo que a maioria dos servidores residem na zona urbana. São atendidos 120 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 222 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e 304 no Ensino Médio, totalizando 646 alunos.

Todos os educandos são provenientes de aproximadamente 40 localidades, de seis distritos da zona rural de São Lourenço do Sul, sendo que cerca de 95% dos alunos, utiliza o transporte escolar para frequentar a escola. A maioria dos estudantes são filhos de pequenos agricultores, descendentes de imigrantes pomeranos¹, que mantêm a cultura, sua maneira de

1 Em 15 de Janeiro de 1858 foi fundada, por Jacob Rheigantz e seu sócio José Antônio de Oliveira Guimarães, a colônia de São Lourenço do Sul. Desembarcou nesse dia, em São Lourenço do Sul, o primeiro grupo de imigrantes constituído por 88 pessoas, dos quais a maior parte era proveniente da Pomerânia (Prússia Setentrional), hoje Alemanha Oriental, protestantes luteranos, e em menor número da Renânia, quase todos

viver e o dialeto que é falado no cotidiano das famílias e muitas vezes entre os colegas na escola. Alguns são descendentes de portugueses e espanhóis e, em menor número, alunos afrodescendentes provenientes de comunidades quilombolas.

Além das turmas regulares da educação formal, a escola desenvolve atividades extracurriculares que envolvem toda a comunidade escolar². No turno da noite há ensaios do Grupo de Danças Gaúchas Herança Farroupilha, do Grupo de Música (gaita, violão e teclado) e do Coral Prof. Rodolfo Bersch. Também são organizadas algumas turmas de cursos oferecidos por instituições externas à escola: Programa Brasil Alfabetizado, Agricultura Familiar do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), cursos do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e aulas do Centro de Formação de Condutores.

A filosofia que consta no Regimento³ escolar permeia todo processo da escola e concebe a educação como um processo contínuo de aprendizagem, em que os sujeitos nela implicados interagem na construção do conhecimento e saberes compatíveis com valores, comprometidos com o desenvolvimento humano, social e ambiental, em espaços e tempos que marcam ressignificações. Neste sentido, a escola percebe a educação como um processo permanente e integral, fundamentando-se no compromisso de oferecer ao educando oportunidades de desenvolver a autonomia, a ação-reflexão-ação, a criatividade e a criticidade numa busca constante de uma melhor qualidade de vida, principalmente através da pesquisa e da solução de problemas. Centrando-se também na formação do humano, na afetividade e numa educação que valorize o campo, contemplando diversos saberes e vivências.

Para continuar realizando estes propósitos e garantir que a escola se constitua no espaço da efetivação do direito à educação com qualidade, ocorre sistematicamente a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) com todos os segmentos da comunidade escolar e busca-se proporcionar atividades que desenvolvam nos alunos maior interesse, participação, responsabilidade e organização, além de estimular a sociabilidade e solidariedade. Estas propostas oferecem aos estudantes oportunidades de terem uma postura crítica diante da

católicos. Eram constituídos por vários povos, procedentes de vários lugares, como por exemplo, da Pomerânia, da Renânia, do Holstein, da Prússia, e de outros condados adjacentes à Alemanha, que até então não era concebida como Alemanha, pois ainda não havia conseguido a sua unificação. Na maioria dos casos eram famílias pobres, constituídas basicamente de camponeses e artesãos marginalizados pela transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12505/000625752.pdf?sequence=1> Acesso em: 14 set. 2015.

2 São realizadas reuniões para planejamento, entrega das avaliações, homenagem às mães e pais, festa junina, dia da solidariedade, jogos rurais, feira do livro, festa natalina e participação em diversos eventos realizados no município.

3 Regimento Escolar. EEEM Prof. Rodolfo Bersch. 2014, p. 03

realidade e da sociedade em geral, bem como desenvolverem atitudes de respeito e disciplina, baseadas em valores morais e éticos.

Pensando nisso, percebeu-se a necessidade de haver uma maior participação dos estudantes neste processo e a possibilidade de desenvolver práticas colegiadas que favorecessem a formação para a cidadania dos educandos mas, apesar de todos os benefícios comprovados através da constituição de Grêmios Estudantis, em muitas escolas ainda não há projetos organizados para pleitear espaços de participação coletiva para a tomada de decisões.

A escola já conta com o Círculo de Pais e Mestres (CPM), constituído pela primeira vez em 10 de setembro de 1973, portanto com mais de quatro décadas de organização, e o Conselho Escolar, organizado desde 04 de janeiro de 1993. Essas duas instâncias colegiadas são participativas e atuantes nas suas finalidades, mas ainda não havia o Grêmio Estudantil, instância composta apenas por estudantes.

A ideia de focar o PI na participação dos estudantes e na organização do Grêmio Estudantil (GE) deveu-se aos resultados de uma pesquisa sócio antropológica, organizada pela equipe diretiva e pela coordenação pedagógica no segundo semestre de 2014, realizada com os familiares e estudantes da escola e servindo esta para subsidiar o processo de reconstrução do PPP da escola.

Ao aferir os resultados e fazer o levantamento dos dados, a equipe diretiva e a coordenação pedagógica depararam-se com uma questão que foi recorrente em várias respostas encaminhadas pelos alunos: a dificuldade que os estudantes sentiam em serem ouvidos, de apresentarem suas reclamações e sugestões, por não terem oportunidade de “voz” na escola. Diante desta situação-problema concluiu-se, dentre outras coisas, que os alunos reivindicavam por serem ouvidos pelos professores e funcionários, ou seja, terem sua opinião considerada nos processos de decisão na escola e também receberem mais atenção às suas reivindicações e solicitações.

Pensou-se então que através de um Grêmio Estudantil estaríamos estimulando o resgate da representação estudantil, contemplando uma demanda apontada pelos estudantes e contribuindo para a proposta pedagógica de escola comprometida com a gestão democrática. Portanto, o PI foi pensado para contribuir na melhora das relações entre os membros da comunidade escolar e para que o projeto tivesse maior possibilidades de êxito, foi essencial envolver o maior número de pessoas e representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

As etapas do PI foram então desenvolvidas tendo por referencial metodológico a pesquisa-ação, pois como afirma Baldissera (2001, p. 25). “Na pesquisa-ação acontece simultaneamente o “conhecer” e o “agir”, uma relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa”.

Alguns conceitos embasaram este estudo, tais como a gestão democrática e o direito à educação respaldados nas ideias de autores como Carbello e Galina (2008), Cury (2007), Freire (1996) e Paro (2008). Estes estudiosos partem da premissa de que através da realização de um trabalho participativo, autônomo e democrático, envolvendo todos os segmentos sociais que compõe a escola, podemos contribuir para o rompimento do autoritarismo que ainda permanece no interior das escolas e proporcionar uma reflexão quanto ao papel dos gestores na busca de uma escola pública de qualidade.

Entende-se gestão democrática, como a participação efetiva de toda a comunidade no projeto educacional da escola de acordo com o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Federal nº 9394/96, que defende este tipo de gestão do ensino público. Para tanto, as escolas buscam a organização das três instâncias colegiadas (Círculo/Associação de Pais e Mestres - CPM, Conselho Escolar – CE e Grêmios Estudantil - GE) que contribuem para que o processo democrático seja realmente efetivo.

Neste sentido, esperamos contribuir para a formação de cidadãos participativos e críticos, fundamentais na sociedade em que vivemos - capitalista e que prioriza a competitividade e o individualismo. O capitalismo tem sido motivo de estudos e comprovadamente constatado como um sistema prejudicial para a maioria da população pois prioriza a competição entre os sujeitos, mas que entretanto persiste em nossa sociedade.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos: o primeiro a Introdução; o segundo capítulo aborda o referencial teórico, que se baseou em Carbello e Galina (2008), Cury (2007), Paulo Freire (1996) e Veiga (1998), dentre outros. O terceiro capítulo apresenta a base metodológica utilizada para a realização do trabalho, a qual sustentou-se na metodologia da pesquisa-ação, com referenciais de Richardson (2003), Thiollent (1985) e Tripp (2005). Buscou-se explicar detalhadamente, todos os procedimentos adotados para o processo de desenvolvimento e implementação do PI. No quarto capítulo é apresentada a análise das ações realizadas durante o PI. Deu-se destaque especial para a análise acerca do que foi realizado durante as etapas do PI, bem como, se fez uso de imagens, em anexo, que ilustraram o processo. O último capítulo apresenta algumas considerações obtidas a partir do trabalho desenvolvido

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O direito à educação é um direito subjetivo e está na base de todos os demais direitos, é instrumento para sua reivindicação, seu desfrute e para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e com mais igualdade. É chave política para o conteúdo social e institucional da sociedade. Sem educação não há igualdade para participar no exercício da cidadania que consiste na expressão de direitos sociais, econômicos, civis e políticos, aos quais toda a pessoa deveria ter acesso.

Para a garantia destes direitos há legislações que as reforçam e políticas públicas desenvolvidas pelo Estado que visam assegurá-las. As leis que constam na Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996; além de constarem no Plano Nacional de Educação, nas Constituições dos estados e nas leis orgânicas dos municípios visam a efetivação destes direitos. A educação de qualidade buscada em leis de todas as esferas – federal, estadual e municipal – se cumprem e as medidas que nelas constam somente são implementadas e são eficazes quando a população as exige através de reivindicações e movimentos sociais.

Consta no Art. 205 da CF que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A escola é uma instituição social, a que a maioria da população tem acesso, no entanto, o acesso e a permanência às escolas através da garantia de matrículas, transporte escolar, alimentação, disponibilidade de profissionais da educação e recursos financeiros, entre outros, por si só não garantem a qualidade buscada e para que as escolas sejam espaços da efetivação do direito à educação com qualidade, precisam desempenhar o papel de formadoras de sujeitos de direitos. Esse constitui um dos vieses diretamente relacionados à gestão democrática da escola, que não pode negligenciar o seu papel de espaço de exercício do direito à educação. As políticas de gestão, assim como o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições escolares devem buscar uma educação de qualidade social em que os estudantes e toda comunidade escolar possam aprender e contribuir de maneira decisiva para a construção de uma

sociedade em que haja mais justiça e fraternidade. Entende-se que a Gestão Democrática na escola é vista como uma forma de gerir de maneira que possibilite a transparência, a democracia e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, professores, estudantes e funcionários) na tomada de decisão, sendo este processo facilitado através da implementação de instâncias colegiadas como o Círculo de Pais e Mestres (CPM), Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam "cidadãos ativos" participantes da sociedade como profissionais compromissados. (CURY, 2007, p.07)

Na realidade a gestão democrática é uma das formas de viabilizar o direito à educação levando-se em consideração que ela pode permitir o direito aos estudantes, profissionais da educação, pais e demais membros da comunidade escolar de participarem das decisões, da elaboração do planejamento e da organização da educação oferecida no estabelecimento de ensino, levando-os à aprendizagem e ao desenvolvimento do exercício da cidadania na busca da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Enfim, a gestão que toma por base o direito à educação, sem fracionar suas dimensões econômica, política, ética e cultural, tem a possibilidade de fazer da escola um campo de experimentação, expressão, criatividade e aprendizagens. Campos estes, simultaneamente, vinculados à prática social, à vida cotidiana, e à preparação para o mundo do trabalho⁴.

As escolas ao garantir o acesso, trabalhar para a permanência e o sucesso escolar dos educandos e preocupando-se com o futuro dos indivíduos para que tenham qualidade de vida, está proporcionando uma educação na perspectiva de valorização do ser humano; com uma formação que contempla as diversidades sociais, culturais, políticas, econômicas, de gênero e etnia as quais possibilitam o estabelecimento de relações entre a escola e a comunidade local, os movimentos sociais e o mundo do trabalho. Trata também de aperfeiçoar o processo de inclusão, permanência e sucesso dos alunos em geral e, em especial, daqueles com deficiência

4 http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/usufrutodireito_u1_pg3.html

e/ou situações de vulnerabilidade social com atividades lúdicas e de apoio para os alunos; orientação e cursos de aperfeiçoamento para os professores.

Partindo-se do pressuposto de que os sujeitos que estudam e trabalham, se preocupam com a qualidade da educação, percebe-se a necessidade de as escolas se constituírem como espaços democráticos, com a promoção de ações coletivas que estimulem o desenvolvimento da confiança e do respeito, incentivando uma cultura de participação. Cada um deve se reconhecer como cidadão ativo e participativo em sua comunidade, sem receio de ser sujeito de sua história, das suas ações e da construção de uma sociedade mais justa. A criação de espaços de participação na escola contribui para a construção da gestão democrática escolar, numa perspectiva da efetivação do direito à educação com qualidade social.

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada. (PARO, 2001, p. 12)

Para a garantia do princípio da gestão democrática as escolas contam com o PPP - uma ferramenta de planejamento e avaliação de toda proposta de educação desenvolvida na escola. Paulo Freire (1979 p.18) dizia que “temos de saber quem fomos e o que somos, para saber o que seremos”. Portanto, este documento orientador, que está sempre em constante construção/reconstrução, é a maneira mais eficaz que a escola tem para realizar um processo de planejamento coletivo eficaz e que, ao ser elaborado por todos os segmentos da comunidade escolar, reflita sobre o passado, sobre os limites e possibilidades do presente, buscando o melhor para o futuro da educação no contexto onde está inserida, nas possibilidades das mudanças necessárias para as melhorias planejadas no projeto.

O artigo 12 da LDB se refere aos estabelecimentos de ensino dos sistemas. É lá que os docentes e outros agentes pedagógicos têm sua lotação administrativa e/ou seu contrato de trabalho. Se a finalidade do processo de ensino é o aprendizado do aluno, garantido por um padrão de qualidade, o núcleo básico do processo é o Projeto Pedagógico do estabelecimento e que deve ser objeto de um planejamento, obrigatório. Ele não pode ser cópia de um estabelecimento que, eventualmente, teria feito uma matriz. O projeto pedagógico é a marca registrada de uma escola. Ele é a sua “carteira de identidade. (CURY, 2006, p. 18)

Para uma escola de qualidade é fundamental que tenha um PPP construído através de processo de tomada de decisões democráticas. É um processo construído dentro de um

movimento e ao mesmo tempo que é processo, ele é um produto que se constrói no movimento. De acordo com a legislação é processo participativo, coletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) estabelece uma prescrição legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, a LDB prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. (VEIGA, 2009, p. 164)

Os profissionais da educação, convocados pela LDB para elaborar o PPP, dentro de uma concepção coletiva e democrática, contribuem para a qualidade da escola trabalhando numa perspectiva emancipadora. A organização das escolas permite a vivência deste processo por representantes da comunidade, onde todos elaboram, concebem, executam e avaliam o projeto. O PPP construído em uma perspectiva edificante é emancipador, compromissado e conectado com princípios e finalidades previstas na referida lei.

Ao apontar para o pleno desenvolvimento do aluno, o preparo para a cidadania e o exercício para trabalho, indicado no art. 22 da LDB, é importante lembrar que estes são os compromissos maiores que o PPP deve buscar.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por tudo isso, todo projeto pedagógico da escola, é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2004, p.13).

O PPP é um instrumento que permite organizar e desenvolver a dimensão democrática na escola e, portanto, pode estimular a participação e organização estudantil como uma “instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula” (Veiga, 1998, p 113). O Grêmio Estudantil oportuniza a participação dos estudantes nas discussões que ocorrem no cotidiano escolar, sendo um laboratório de aprendizagem, para que estes aprendam a se organizar de forma democrática e participativa e a lutar por seus direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a cidadania é inseparável do direito de frequentar a escola e o estudante tem garantido espaços de participação ativa na sua formação. No art. 53 deste estatuto está a garantia do direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

Os educandos têm assegurado pela Lei Federal nº. 7.398 de 04/11/1985, o direito de se organizar livremente através de agremiações estudantis devendo as escolas garantirem o espaço e dar condições para essa organização.

A legislação que ampara os Grêmios é de certa forma, recente, já que está relacionada à democratização da administração e da educação, bem como à ampliação da participação direta da comunidade na gestão escolar, o que ocorreu com mais intensidade após a Ditadura Militar. (CARBELO e GALLINA, 2008, p. 19)

A história do movimento estudantil no Brasil foi pontuada por muito envolvimento e participação ativa destes sujeitos na vida política; foi referência de organização social autônoma, responsável, participando com coragem e luta por seus ideais. Após o golpe militar de 1964, a ditadura acabou por fragmentar e reprimir este tipo de organização, ressurgindo apenas após a redemocratização nos anos 80 que contou com os estudantes para a sua efetivação.

O incentivo para a criação e atuação do Grêmio Estudantil na escola é fundamental, como espaço de exercício da cidadania e ferramenta pedagógica, na medida em que fomentaria nos jovens uma série de atributos vinculados aos ideais coletivos em detrimento de valores individuais. O Grêmio Estudantil, o CPM e o Conselho Escolar devem ser e fazer diferença nos espaços escolares, devem ter autonomia e espaços concretos de participação.

De nada adiantam belos discursos, cheios de propósitos e palavras libertadoras, se a práxis é dominadora. Mas se numa escola, educadores e educandos se propuserem a vivenciar e promover novas relações sociais, baseadas na igualdade, no respeito, no diálogo, então sim, essa sociedade começa a mudar. As pessoas que se acostumam a uma prática democrática vão levar essa prática às outras instituições em que elas vivem: às igrejas, às famílias, aos locais de trabalho. Eis a grande chance duma escola: ela pode ser o laboratório onde se forjarão novas vivências verdadeiramente comunitárias, de onde poderão surgir transformações profundas e radicais em todo o corpo social. (GUARESCHI, 2002 p.110)

Na LDB 9394/1996 estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a participação de alunos no Conselho de Classe e Série.

Para Carbelo e Gallina (2008 p. 18) o “Grêmio Estudantil é o órgão de representação do corpo discente da escola.” Neste sentido é importante que ele represente a vontade de todos os estudantes, ou seja, amplie o exercício democrático e desenvolva a consciência crítica.

Acredita-se que a promoção de um processo de mobilização e organização de pesquisadores e estudantes para a formação de um Grêmio Estudantil, que é um órgão colegiado de máxima representação dos estudantes da escola, contribua para ampliar a participação dos estudantes nas atividades da escola como um espaço de cidadania, convivência e responsabilidade, sendo esta uma instância colegiada deliberativa, a partir da qual os alunos se organizam de modo sistemático, onde possam estar discutindo, criando e fortalecendo inúmeras possibilidades de agir dentro das escolas e nas comunidades; é espaço de aprendizagem, de convivência, de cidadania, de luta por direitos e cumprimento de deveres visando sempre assegurar a defesa dos interesses e das necessidades do segmento dos estudantes.

Conforme prevê a legislação estadual, nesta instância os alunos podem defender os seus interesses e direitos. Galina e Carbello (2008, p. 32) afirmam que esta Instância “deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação da democracia, desenvolvendo a consciência crítica”.

Com o PI que organizou o Grêmio Estudantil na escola, viu-se a oportunidade de atender os pedidos de participação e reconhecimento das demandas apontadas pelos alunos, pois apesar de todas as tentativas de mudar a relação professor-aluno na escola, como em grande maioria delas, nesta os professores ainda pensam de forma tradicional, as relações são autoritárias, em contraposição à gestão democrática.

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos os que a escutam, docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; O educador é o que opta e prescreve a sua opção; os educandos os que seguem a o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam na atuação do educador O educador é o que escolhe os conteúdos programáticos; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha se acomoda a ele. O educador é o que identifica a autoridade do saber, com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se àqueles; o educador, finalmente, é o sujeito do processo, os educandos; meros objetos. (FREIRE, 1987, p. 34).

Para mudar este paradigma necessitamos de educadores com atitudes de mediação, com posições menos verticalizadoras, que valorizem os saberes dos educandos e do coletivo de suas comunidades, mas infelizmente ainda não existe sincronia quanto à essas ideias e há muita resistência por parte significativa dos educadores, os quais foram formados e “doutrinados” por e para uma educação tradicional.

Freire (1987 p. 34) nos diz que: “Na concepção bancária que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos não se verifica e nem pode verificar-se esta superação”. Para pensar em superar este paradigma torna-se necessário também, desenvolver mudanças nos modos de pensar e agir dos educadores em relação aos estudantes. Sacristán (2005) chama atenção a este aspecto, quando se refere ao modo como os professores costumam ver os alunos:

O conceito de aluno geralmente é interiorizado na concepção dos professores como de um sujeito que não possui nada a colaborar. Isto acontece porque, ao acreditarmos que são 'menores', sua voz não nos importa e não os consultamos para elaborar ou reconstruir a ideia que temos sobre quem eles são. (SACRISTÁN, 2005, p. 12).

Levando-se em conta o perfil de estudante buscado no PPP, percebe-se que no cotidiano da escola há vários desafios e problemas que os estudantes podem ajudar a identificar e a contribuir para solucioná-los, mas para isto é necessário ter abertura para entender e compreender o processo de vivências dos alunos como parte integrante de um todo. O professor deverá considerar os conhecimentos do estudante, pois sabemos que enquanto o professor ensina, sendo um mediador, também irá aprender a valorizar uma cultura que pode ser diferente da sua, acontecendo então o respeito à pluralidade e diversidade cultural que está presente no seu cotidiano.

Quando se atenta para a forma bancária em que, salvo raras exceções, se dá a relação professor-aluno em nossa escola básica, pode-se perceber que será muito difícil contribuir para uma sociedade democrática quando, no momento mesmo da formação do cidadão, da constituição de sua personalidade pela mediação da educação, ainda se aposta numa relação negadora da democracia, na qual o professor tenta ensinar, passando conteúdos para o aluno que apenas os aceita passivamente, para depois reproduzi-los em provas e concursos, desprovidos de qualquer preocupação com a formação integral do sujeito histórico. (PARO, 2002, p. 19)

O planejamento e (re)construção do projeto político-pedagógico são tarefas complexas, sendo este o núcleo básico do processo então não podemos apenas elaborar e pôr em prática o PPP, porque a mantenedora exige e depois deixá-lo na gaveta da coordenação pedagógica, ou da equipe diretiva. Ele deve estar sempre à disposição de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e para que sejam feitas modificações, que tragam mais qualidade para a aprendizagem.

Faz parte do campo de atuação do gestor educacional democrático cuidar com atenção a frequência do aluno, a qualidade na aprendizagem, o tempo de estudo durante todo ano letivo, a comunicação às autoridades competentes sobre eventuais problemas que necessitem de intervenção, a formação dos conselhos de pais, de professores, de conselhos escolares, a elaboração do Regimento Interno da Escola, do Projeto Pedagógico, entre outras ações que garantam a efetivação do direito a educação, pois todos deverão ser parte nesse processo democrático de liberdade e respeito ao pluralismo em busca da igualdade. O gestor também pode e deve ser o grande incentivador da organização e criação do GE na escola que tem como objetivo reunir o corpo discente da escola, para discutir e defender os interesses individuais e coletivos, incentivar a cultura literária, artística e desportiva, promover palestras e debates sobre questões e interesses educacionais.

A implantação de um Grêmio Estudantil, representando os interesses dos estudantes, oportunizando situações de participação neste processo onde os jovens possam estar discutindo, opinando e dando sugestões para a construção de uma escola comprometida e facilitadora de vivências em que os alunos percebam o seu valor como cidadãos críticos e participativos e, como consequência, estarão aprendendo cidadania e contribuindo com a construção de uma nova sociedade mais democrática, digna e justa.

3. METODOLOGIA

A função social da escola é formar o cidadão através da construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, ético e participativo. Portanto a organização dos estudantes no Grêmio Estudantil da escola colabora para a efetivação de um dos maiores propósitos da escola: oportunizar situações que valorizem a participação nas decisões coletivas e esta foi a mola propulsora do PI. O projeto foi realizado através da metodologia da pesquisa-ação, optando-se por esta maneira de pesquisar por acreditar ser esta uma das melhores alternativas de aprimorar a prática.

De acordo com Tripp (2005) a pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos. Procura-se que a investigação da própria prática tenha a finalidade de melhorá-la.

A escola é o lugar ideal para o estudo e discussão de temas e a realização de atividades e, portanto, deve ser um espaço de inúmeras possibilidades para os alunos aprenderem, criarem, para reclamarem e agirem, falarem e serem ouvidos. No cotidiano das escolas há vários desafios e problemas que os estudantes podem ajudar a identificar e também encontrar soluções.

Michel Thiollent (1985) diz ser necessário uma ampla e explícita interação entre os pesquisadores e envolvidos na pesquisa e que esta não se limita a uma forma de ação, mas pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, bem como, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. A pesquisa-ação faz com que haja um vaivém entre as os investigadores/pesquisadores e as pessoas representativas do problema para agir em busca de soluções.

O método de pesquisa-ação abarca várias técnicas de pesquisa social pois trabalha com dinâmicas de grupo visando a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e planejar coletivo. Após identificar o problema dentro do contexto institucional parte-se para a obtenção de dados relacionados à situação-problema, faz-se a análise destas informações encontradas pelo pesquisador, colaboradores e participantes do projeto, identifica-se e reconhece-se a necessidade de mudar, aponta-se possíveis soluções e alia-se pesquisa e ação, de maneira simultânea, para intervir e realizar o Projeto de Intervenção (PI).

Para dar início às etapas do PI o foco/tema foi discutido com a equipe diretiva, com o Conselho Escolar, CPM, professores e estudantes durante as reuniões do SEAP-RS (Sistema Estadual de Avaliação Participativa) através da apresentação em PowerPoint das etapas previstas no projeto (Anexos A, B, C e D). Após esclarecimentos e apontamentos das sugestões encaminhadas pelos professores e funcionários, que sugeriram que houvessem mais reuniões e estudos sobre a formação do GE.

Justificou-se a organização de um Grêmio Estudantil na escola pelo fato de buscarmos uma gestão democrática e participativa de todos os segmentos. Aproveitou-se a oportunidade para apresentar os membros da diretoria do CPM e os representantes do Conselho Escolar que já estão organizados há muitos anos, são ativos e participantes. Pensando no que faltava para melhorar e oportunizar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar percebeu-se que a escola ainda não possuía um Grêmio Estudantil e sobre como muitas vezes deixamos de “dar voz” aos alunos.

Também foram mostrados os resultados de pesquisa sócio antropológica, realizada pela equipe diretiva e coordenação pedagógica no ano de 2014, com todos os familiares e estudantes e concluiu-se que os alunos sugerem para melhorar as aulas e os estudos que os professores e funcionários deveriam “ouvir” mais e com atenção as reivindicações, queixas e solicitações que eles fazem. Foi aprovado por unanimidade através de votação, a aprovação do PI sobre a organização do Grêmio Estudantil na escola, tendo sido registrado em ata do Conselho Escolar e as ações previstas para ser encaminhadas no início do ano letivo de 2015.

Durante as férias escolares o primeiro passo foi realizar estudos sobre a formação desta instância colegiada propiciando conhecimento e segurança nos encaminhamentos que seriam realizados no início do ano letivo. Em fevereiro foi realizada a apresentação do projeto para professores e funcionários durante a reunião inicial do ano letivo de 2015 (Anexo E) e neste momento buscou-se parcerias para as etapas seguintes, pois sabe-se que o estabelecimento de relações com partes interessadas é uma das questões fundamentais para a pesquisa-ação, mas como todos estavam muito envolvidos com os primeiros dias de aula, procurou-se aguardar mais umas semanas.

No dia 21 de março houve a reunião geral com toda a comunidade escolar (Anexo F) e novamente o projeto foi apresentado em Power Point e mostrou-se que pretendeu-se, com a formação do Grêmio Estudantil, dar mais garantias de participação democrática e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes e anotadas as sugestões dos presentes. A equipe

diretiva argumentou em favor da organização do Grêmio Estudantil na EEEM Prof. Rodolfo Bersch, como um órgão de representação de todos os estudantes da escola, fazendo valer a vontade do coletivo dos alunos e ao desenvolver atividades culturais, educacionais, esportivas e sociais sem fins lucrativos estaremos promovendo o senso crítico e ações democráticas.

Foi explicado que cabe ao Grêmio promover e oportunizar a integração com outros estabelecimentos de ensino convidando-os para atividades na escola e também participando de eventos por elas promovidos. Na ocasião a comunidade escolar percebeu que o Grêmio poderá ser um espaço privilegiado para a promoção do protagonismo dos estudantes colaborando com os objetivos da escola, sendo que a formação de lideranças e o empreendimento de ações que desenvolvam o espírito democrático contribuirão para os educandos aprenderem sobre ética e cidadania na prática.

Também foi exposto a falta de experiência de participação em movimentos organizados dos estudantes, a ausência de motivação dos alunos, falta de espaços de participação e de conhecimento sobre as atribuições do grêmio, são apenas alguns exemplos, do que ocorre nas escolas atualmente.

Refletiu-se que atualmente vive-se em uma sociedade capitalista, pós-moderna e que com a mundialização do capitalismo é incentivador do individualismo e a não associação. O consumismo resultante desse sistema prevê a massificação dos sujeitos e a anulação dos indivíduos. Na maioria das vezes os alunos, sujeitos inseridos nesta sociedade, não expõem suas opiniões e não há envolvimento nas situações que envolvem decisões democráticas.

Neste sentido, cabe às escolas oportunizar tempos e espaços para que os jovens se organizem, para trazer “à tona” as liberdades individuais e coletivas e proporcionar momentos de mostrar o que é democracia e para que sejam cidadãos.

Teve-se o propósito de dar visibilidade às intenções para a criação de um grêmio estudantil na escola; queremos que os estudantes reconheçam que a união, a busca de soluções de forma coletiva, a contestação, a valorização de suas vidas, na maioria de jovens, possa ser celebrada, questionada e problematizada. Busca-se, através do trabalho coletivo dos estudantes, a reflexão, o estudo, as discussões que proporcionam momentos privilegiados de crescimento.

Na zona rural do município há alguns “feriados coloniais” devido a maioria dos habitantes serem agricultores e não terem férias e por não festejarem os feriados nacionais, pois o trabalho na agricultura exige cuidado constante. O dia 29 de abril era um feriado religioso comemorado apenas pelos descendentes de imigrantes pomeranos e para não prejudicar os

alunos, foi previsto no calendário escolar a realização de jogos esportivos nesta data. Aproveitando a oportunidade, foi realizada uma reunião com apenas quatro professores que não tinham aula no dia e se dispuseram a colaborar. Nesta oportunidade foi planejado o cronograma e as ações seguintes e percebeu-se que, ao fazer as ações em grupo, conseguimos ter mais sugestões e soluções para os problemas. Foram extremamente satisfatórias as contribuições das colegas.

No dia 30 de abril foi realizada a primeira assembleia de estudantes da escola (Anexos G). Nesta assembleia foi feita a apresentação do PI através de slides em Power Point e vídeos sobre o tema. As professoras colaboradoras apresentavam o projeto e também esclareciam dúvidas. Neste dia também foi feita a escolha de um representante do Ensino Fundamental da manhã e da tarde e um representante do Ensino Médio da manhã, da tarde e da noite para formarem a Comissão Pró-grêmio (Anexo H)

Explicou-se para os estudantes que o grêmio estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei nº 7.398/85, a qual explicita que a organização e a criação do grêmio estudantil é um direito dos alunos. Essa lei caracteriza-o "como órgão independente da direção da escola, ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição". (VEIGA, 1998, p. 122).

Nesta reunião os alunos estavam extremamente interessados, pois buscou-se mostrar que o projeto era sobre os estudantes, para os estudantes e que os participantes, no momento de aceitarem a proposta, deixam de ser objetos de estudo para serem pesquisadores e produtores de sua própria realidade sendo parceiros nas investigações. A proposta mostra que a pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva visam a resolução de problemas ou objetivos de transformação.

A ação esperada foi a constituição de um projeto coletivo, que associe investigação com as pessoas que vivem a situação-problema e a busca de um conhecimento conjunto e compartilhado que vise produzir mudanças profundas e significativas em toda a escola.

Explicou-se a importância dos líderes de turma para a constituição do Conselho de Representantes de Turma (CRT), que seria o "meio-de-campo", intermediários entre estudantes e Grêmio Estudantil. Na maioria das vezes os alunos não expõem suas opiniões e não há envolvimento nas situações que envolvem decisões democráticas, mas nestes momentos de decisões que repercutiram sobre a importância durante o processo de aprovação da organização do GE na escola houve entusiasmo e participação (Anexo I).

As etapas seguintes do PI incluíram muito trabalho coletivo. Apesar do receio de alguns professores e funcionários em relação à criação do Grêmio Estudantil e de algumas contradições, deu-se continuidade às discussões e foi marcada uma reunião para o mesmo dia dos jogos interturmas na escola, pois poderíamos ter um horário para nos reunirmos e planejar as primeiras atividades. Nesta reunião compareceram as duas colegas e mais a professora responsável pelo Ensino Médio Inovador (PROEMI). Foi extremamente satisfatória a contribuição das colegas. Fizemos a colocação de cartazes na escola, para sensibilizar a comunidade escolar, em especial os alunos. Os cartazes continham frases que visavam estimular a reflexão dos alunos, sobre o Grêmio Estudantil e imagens de jovens que se destacaram na história do Brasil e do mundo.

Percebeu-se em momentos, que se destacaram durante as reuniões de implementação do PI, o entusiasmo e a forma de votação em uma assembleia ao levantar os dois braços para haver aprovação. Os olhos dos alunos e os nossos brilhavam, pois nunca na história da escola houve uma assembleia de estudantes onde pudessem decidir. E no dia da primeira assembleia houve dois momentos de votação: para aprovar a proposta do PI, para a escolha dos representantes da Comissão Pró-Grêmio.

As etapas seguintes do PI incluíram muito trabalho coletivo, este é um ponto interessante para nas análises, refletir com os autores que tratem deste aspecto da participação e o trabalho coletivo. Na reunião da Comissão Pró-Grêmio para análise de modelos de estatuto com as professoras incentivadoras, encaminhamento pela Comissão Pró-Grêmio de uma cópia do estatuto a cada líder para análise e apontamentos, juntamente com a turma, organização das sugestões de nomes para o Grêmio Estudantil e Assembleia Geral, para aprovação do Estatuto, escolha da Comissão Eleitoral e eleição do nome para o GE entre os dez nomes sugeridos.

Dia 06 de maio houve a reunião da Comissão Pró-Grêmio (Anexo J) para análise de modelos de estatuto com as professoras incentivadoras, encaminhamento pela Comissão Pró-Grêmio de uma cópia do estatuto e um aviso para cada líder, para análise e apontamentos juntamente com a turma, organização das sugestões de nomes para o Grêmio Estudantil e data da Assembleia Geral para aprovação do Estatuto, escolha da Comissão Eleitoral e eleição do nome para o GE entre os nomes sugeridos.

Nos dias seguintes a Comissão Pró-Grêmio passou em todas as turmas recolhendo as sugestões de nomes para o GE e no dia 13 de maio foi realizada uma assembleia geral com a presença de todos os estudantes. Conforme a pauta da reunião houve um momento maior para

as sugestões das turmas e a aprovação o estatuto do GE. Neste dia também foram escolhidos os nomes dos alunos que formaram a Comissão Eleitoral. Ao final da reunião os alunos votaram escolhendo o nome do GE entre os dez sugeridos e, tendo havido empate no final entre dois nomes “Leão da Boa Vista” e “Força Jovem”, foi marcado o segundo turno para decisão. (Anexo K). No dia 18 de maio foi realizado o 2º turno da eleição para a escolha do nome do GE.

Durante as etapas de desenvolvimento do PI as professoras colaboradoras foram muito importantes, pois iam nas turmas conversar com os estudantes para que se organizassem de acordo com as aptidões de cada um. Um aluno se destacou e se candidatou a presidente também se encarregando de conversar com os demais estudantes para compor a chapa. Finalmente, no dia 19 de junho foi a primeira eleição do Grêmio Estudantil Força Jovem eleito com um representante do turno da manhã, nove representantes do turno da tarde e quatro representantes do turno da noite (Anexo L). Acredita-se que pelo fato do presidente ser do turno da tarde e por ter mais contato com os alunos do seu turno não houve muitos representantes do turno da manhã e da noite. A posse do GE ocorreu na Festa Junina da escola realizada no dia 27 de junho (Anexo M).

Pretendeu-se, com a formação do Grêmio Estudantil, dar mais garantias de participação democrática e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes. A Gestão democrática se dá através de diferentes mecanismos, instâncias colegiadas, eleição de diretores, conselho escolar, CPM. Resgatar a possibilidade de o aluno ter voz na escola, resgatar a representação estudantil. O Grêmio Estudantil juntamente com o CPM e o Conselho Escolar devem ser e fazer diferença nos espaços escolares, devem ter autonomia e espaços concretos de participação.

Recuperar o papel do sujeito participativo e engajado com o seu local de estudo e convivência comunitária surge como um desafio para a escola nos dias de hoje. As escolas devem oportunizar tempos e espaços para que os jovens se organizem, para trazer “à tona” as liberdades individuais e coletivas e proporcionar momentos de mostrar o que é a verdadeira democracia e para que sejam verdadeiros cidadãos. A cidadania, que queremos, não é a que privilegia cada vez mais sujeitos individualistas. O cidadão que queremos é o cidadão responsável pelas decisões que influenciam diretamente a sua vida e a daqueles com os quais convive. Aquele sujeito protagonista e autor de sua própria história e coautor das histórias de seus pares.

A proposta de participação do Grêmio Estudantil na gestão da escola democrática é um projeto institucionalizado, que entende que esta associação é espaço de exercício da cidadania, e também ferramenta pedagógica, que propicia, aos jovens, atributos coletivos em detrimento dos valores individuais. Este seria um dos motivos pelos quais a escola deve oportunizar aos educandos situações onde possam desenvolver a capacidade de fazer críticas e questionamentos dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

4. ANÁLISE DAS AÇÕES

Apesar de todas contradições acredita-se que, a partir das ações realizadas coletivamente na escola, possamos contribuir para melhorar a realidade. Como dizia Paulo Freire (1997, p. 31) “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Observamos que obtivemos êxito nos objetivos planejados para o PI através das pessoas e as características das etapas para a organização do Grêmio Estudantil oportunizaram o fortalecimento da gestão democrática e colaboraram para desenvolver o perfil de aluno participativo, crítico e comprometido coletivamente, como descrito no PPP da escola. Análise

Acreditamos que ao organizar o Grêmio Estudantil, sendo este um órgão de representação de todos os estudantes da escola fazendo valer a vontade do coletivo dos alunos e promovendo atividades que desenvolvam o senso crítico e ações democráticas ao desenvolver atividades culturais, educacionais, esportivas e sociais sem fins lucrativos, estamos promovendo o senso crítico e ações democráticas.

Percebe-se que o Grêmio é um espaço privilegiado para a promoção do protagonismo dos estudantes. A formação de lideranças que ao empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e a cidadania na prática colabora com os objetivos da escola. Também cabe ao Grêmio promover e oportunizar a integração com outros estabelecimentos de ensino, convidando-os para atividades na escola e também participando de eventos por elas promovidos. Cabe à escola e aos profissionais da educação que nela atuam contribuírem com a formação dos estudantes, para serem cidadãos conscientes.

Paulo Freire nos provoca a pensar quando diz que:

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode [...] A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido. (FREIRE, 1999 p.127).

Acredita-se que na maioria das vezes, questões de participação estudantil e outras relativas à gestão democrática, poderiam ser aprofundadas em formações continuadas de professores, mas na prática, ainda não são realizadas em tempo suficiente, pois falta também planejamento por parte da mantenedora, da equipe gestora e pedagógica, ou seja, na maioria das escolas não são realizadas. Os profissionais da educação alegam falta de tempo e na

realidade diária, percebemos que cada vez surgem mais tarefas. Pessoas comprometidas com a educação e com as escolas querem “abraçar” e realizar muito, no entanto, falta tempo e espaço de planejamento durante o ano letivo.

Dentre os resultados das ações do PI percebeu-se um avanço no fortalecimento das relações de confiança e respeito entre alunos e professores, no momento em que foram realizadas assembleias e contou-se com a participação de todos os estudantes da escola. Nestas oportunidades, os alunos relataram que se sentiram valorizados e que a opinião deles foi ouvida, além de poderem escolher de forma democrática os representantes para as comissões do pró-grêmio e comissão eleitoral, além do nome e da diretoria do Grêmio Estudantil. Ressalto que a formação de lideranças e a valorização das capacidades de cada aluno que forma a diretoria, foram fundamentais no processo, pois se o PI não tivesse sido implementado, estes estudantes talvez jamais teriam outra oportunidade, para desenvolver estas habilidades na escola ou, até mesmo fora do espaço escolar.

Um dos momentos que mais se destacou foi a forma de votação em uma Assembleia: ao levantar os dois braços para haver aprovação. Os olhos dos alunos e os nossos brilhavam, pois nunca na história da escola houve uma assembleia de estudantes onde pudessem decidir. E no dia da primeira assembleia houve dois momentos de votação: para aprovar a proposta do PI, para a escolha dos representantes da Comissão Pró-Grêmio.

Observa-se também que nem sempre damos conta de atender os objetivos propostos, pois há um processo permanente e contínuo de mudanças na sociedade que refletem na educação que as escolas oferecem; e temos uma longa caminhada pela frente para a efetivação de uma gestão realmente democrática e participativa. Esperamos que durante o trajeto encontremos pessoas, oportunidades e recursos que nos fortaleçam para não desistirmos de buscar a mudança.

Apesar das dificuldades inerentes ao processo, como por exemplo, a falta de recursos financeiros e humanos para viabilizar os projetos elaborados durante a construção do PPP e que seriam prioritários para a efetivação dos objetivos, os envolvidos persistem, com as condições às quais podem ter acesso e lutando pelas quais têm direito e primam pela valorização da autonomia dos alunos, através de iniciativas que visam garantir o sucesso dos estudantes em seu processo de aprendizagem.

Busca-se oportunizar propostas pedagógicas inovadoras, como por exemplo, a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), no sentido de aproveitar os

conhecimentos que os estudantes já possuem e situações que favoreçam a aprendizagem significativa, para que eles sejam capazes de buscar e selecionar as informações necessárias, utilizando os saberes e as experiências escolares para resolver seus problemas cotidianos. Espera-se com isto beneficiar seu crescimento pessoal e das pessoas com as quais convive, melhorando a vida no campo e desempenhando seu papel de cidadão.

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada. (PARO, 2001, p. 12)

A melhor maneira de discutir as ideias é através de tempo e espaço para pensar sobre a escola, promover o diálogo entre diferentes setores mantendo o compromisso com o coletivo da escola sendo este planejamento fundamental para fortalecer e contemplar todos os segmentos da comunidade escolar.

Na elaboração do PPP da escola há a oportunidade desse fazer pedagógico. Veiga (2004, p. 13) afirma que o projeto busca um rumo, uma direção, uma ação intencional no sentido explícito, com compromisso definido coletivamente e cabe aos envolvidos identificarem os problemas e a solução para os problemas enfrentados. Neste sentido, buscamos através da educação, uma melhor qualidade de vida para as crianças, adolescentes, jovens e adultos de nossa comunidade, partindo de uma proposta de decisões compartilhadas com todos os membros que a integram. Persistimos na busca por apoio de pessoas e órgãos competentes para realizar nossas metas e enfrentamos dificuldades de forma coletiva, para a consolidação dos projetos e para oportunizar aos alunos os meios para que cresçam e tenham uma vida mais justa, com mais sabedoria, solidariedade e comprometimento.

A implantação de um Grêmio Estudantil, representando os interesses dos estudantes e tendo acesso às oportunidades de participação neste processo através de situações onde possam estar discutindo, opinando e dando sugestões para a construção de uma escola comprometida e facilitadora de vivências onde estes percebam o seu valor como cidadãos críticos e participativos trará como consequência a visão e a percepção de que são protagonistas e estão contribuindo para a construção de uma nova sociedade.

É necessário saber quando é preciso mandar ou obedecer, e isto se consegue através da auto-organização dos educandos, em que “todos na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas. (PISTRAK, 2000, p.41)

Na história da educação estadual do Rio Grande do Sul, principalmente nas que ofertam estudos para estudantes do Ensino Médio, que é competência do estado e pelo fato de atender esta etapa visto que adolescentes e jovens entre 14 e 18 anos ainda não houve uma política de gestão, como em outros estados do Brasil, que incentive a criação de GEs em todas as escolas. No estado do Paraná, por exemplo, existe há muitos anos grande empenho da Secretaria de Educação Estadual para que as escolas organizem a representação estudantil, tendo inclusive disponibilizado material de orientação para a sua implementação.

Será fundamental começar a organizar formas de enfrentar a diferença de qualidade nos diversos sistemas educacionais, garantindo uma escola de qualidade para todos, indicando alternativas de organização curricular que, com flexibilidade, dêem conta do atendimento das diversidades dos sujeitos.

Na página 34 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2010 lê-se "Nenhum esforço é vitorioso se não for focado no sucesso do estudante". Por isso, o projeto político-pedagógico deve colocar o estudante no centro do planejamento curricular. É preciso considerá-lo um sujeito com todas as suas necessidades e potencialidades, que tem uma vivência cultural e é capaz de construir a sua identidade pessoal e social.

Como sujeitos de direitos, os estudantes devem tomar parte ativa nas discussões para a definição das regras da escola, sendo estimulados à auto-organização e devem ter acesso a mecanismos que permitam se manifestar sobre o que gostam e o que não gostam na escola e a respeito da escola a que aspiram.

O Ensino Médio tem compromissos com todos os jovens, e por isso, é preciso que a escola pública construa propostas pedagógicas sobre uma base unitária necessariamente para todos, mas que possibilite situações de aprendizagem variadas e significativas para os alunos. As instituições escolares devem avaliar as várias possibilidades de organização do Ensino Médio, garantindo a simultaneidade das dimensões “trabalho, ciência, tecnologia e cultura” e contemplando as necessidades, anseios e aspirações dos sujeitos em processo formativo.

Entretanto, apesar de todas estas constatações, ainda não existe incentivo por parte da mantenedora SEDUC RS (Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul) para a instituição de agremiações nas escolas da sua rede. Os governos, tanto da rede estadual quanto da municipal de ensino não buscam incentivar a criação e reativação dos grêmios estudantis nas escolas através da apresentação de instruções claras sobre como organizar um grêmio, seus objetivos, direitos e deveres. No momento que começarem a se preocupar estarão contribuindo

para a garantia da gestão democrática contemplando o segmento dos estudantes e contribuindo para a educação.

A ausência destes espaços prejudica os compromissos coletivos favorecendo o individualismo, pois vivemos em um momento histórico de colapso das organizações coletivas. Há a falta da experiência de participação em movimentos organizados, falta motivação nos alunos, falta espaço de participação e falta conhecimento sobre as atribuições do grêmio, sendo estes apenas alguns exemplos do que ocorre nas escolas atualmente. A organização de Grêmios Estudantis atuantes, na atualidade, objetiva a formação do indivíduo a partir de sua participação nesta entidade estudantil entendida como espaço de trabalho coletivo.

A gestão democrática é tida como a participação efetiva de toda a comunidade no projeto educacional da escola. A escola citada já conta com duas instâncias colegiadas atuantes: CPM e Conselho Escolar. Mas ainda não há o Grêmios Estudantil. Pensando em fortalecer e contemplar todos os segmentos da comunidade escolar e manter o compromisso com o coletivo da escola torna-se necessário ter tempo e espaço para pensar coletivamente e haver diálogo entre diferentes setores e é justamente neste momento de reflexão que percebeu-se a necessidade de haver uma maior participação dos estudantes neste processo.

Em breve estaremos completando duas décadas da LDB/1996 e percebe-se que ainda não conseguimos a qualidade nela buscada, pois continuamos tendo altos índices de defasagem idade-série, repetência e evasão. Mas sabe-se que PPP pode colaborar para a qualidade da escola quando trabalhado no bojo de uma gestão democrática o que se dá através de diferentes instâncias colegiadas.

Os grandes desafios postos para vencer estes problemas da educação são: criar mecanismos para inovar as práticas pedagógicas da escola comprometida com avanços para a educação, diminuir a repetência, a defasagem idade-série e do abandono escolar e constituir instâncias colegiadas que trabalhem para concretizar a gestão democrática orientadas pelo PPP da escola.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve por finalidade auxiliar na organização e criação do Grêmio Estudantil da EEEM Prof. Rodolfo Bersch, contribuindo assim com os processos que exigem participação na escola e que visam a formação de instâncias colegiadas para o amplo desenvolvimento da gestão democrática e participativa na escola.

Alguns objetivos do projeto consistiram em estimular a união entre os estudantes para que buscassem soluções de forma coletiva, aprendessem a contestar quando necessário, a refletir, estudar e participar de discussões que promovessem momentos de privilegiado de crescimento. Portanto, acredito que ao criar este espaço de participação, o grêmio estudantil, deu aos alunos a possibilidade de transformarem a sua realidade, proporem alternativas, lutarem por seus direitos e, o mais importante, exercerem a sua cidadania e terem na escola espaços para continuarem qualificando a vida, alimentando os sonhos, aguçando a criatividade, suscitando a ousadia, a vontade de mudar, transformar.

Pretendia-se construir relações mais igualitárias e de respeito. Com a formação do Grêmio Estudantil poderia dar mais garantias de participação democrática e melhorias nas condições de aprendizagem dos estudantes, visto que cabe à escola provocar reflexão, preparar cidadãos participativos e construir competências para a liderança sendo que o GE permite que isso aconteça.

Acreditando na viabilidade da proposta de destacar a relevância da participação dos estudantes, como sujeitos do processo educacional e que, portanto, precisam entender qual o papel que lhes cabe desempenhar na comunidade escolar, é que se fez a opção pela criação do grêmio estudantil, como forma de favorecer a elevação da autoestima destes alunos para que se sintam agentes do seu processo de aprendizagem, objetivando a formação de lideranças entre os estudantes, a identificação de desafios que possam ser superados com colaboração e que possam despertar a confiança entre os mesmos.

As ações realizadas durante a implementação do PI na escola foram essenciais para o fortalecimento da gestão democrática. Nunca na história da escola houve espaço para a realização de assembleias de estudantes com funções deliberativas e onde pudessem decidir de forma participativa sem imposição. Antes os alunos eram apenas convidados para reuniões e as propostas vinham prontas e, na maioria das vezes apenas ouviam e concordavam com o que era posto pela equipe diretiva, coordenação pedagógica e as outras instâncias colegiadas da instituição.

A proposta de participação do Grêmio Estudantil na gestão da escola democrática é um projeto institucionalizado, que entende que esta associação é espaço de exercício da cidadania e também ferramenta pedagógica, que propicia aos jovens atributos coletivos, em detrimento dos valores individuais. Este seria um dos motivos pelos quais, a escola deve oportunizar aos educandos situações onde possam desenvolver a capacidade de fazer críticas e questionamentos dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

O grêmio estudantil, se bem orientado pelas pessoas interessadas na sua formação, poderá conduzir um processo que levará ao sucesso esperado e desejado para toda comunidade escolar de forma que poderá motivar os representantes dos estudantes e também dos demais segmentos a participarem de forma atuante em todas as etapas de um processo democrático e participativo.

A representatividade dos alunos é através do grêmio estudantil e se este estiver atuando motivado e manifestando o seu desejo de fazer parte dos mecanismos da gestão democrática e participativa na escola, essa representação é o apoio que a gestão necessita para ser totalmente participativa sendo que um dos objetivos mais importantes da escola é a melhoria do desempenho dos estudantes consolidando a qualidade na educação. Sabe-se também que a energia dos jovens é contagiante e que possuem um potencial enorme de criatividade e que com estas qualidades podem contribuir muito engajando-se, dando sugestões e encontrando soluções de maneira coletiva.

6. REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “Conhecer” e do “Agir” Coletivo**. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em 10 ago. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº. 7398 de 04 nov. 1985. **Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1985.

_____. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1992.

_____. Lei nº. 9394 de 1996. **Dispõe sobre a Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença**. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 116, p. 245-262, julho/2002.

_____. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE. 2007.

_____. **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP**. São Paulo, Nova Crítica, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática de liberdade**, 19.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1999.

_____. **A educação na cidade**. 6.ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Gestão Democrática e Instâncias Colegiadas**. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves et al. **Gestão Escolar**. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 32 – 35.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica – alternativas de mudança**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. 52ª edição.

GUEDES, Gilmar Barbosa. **Aluno(a) do Ensino Médio Público: protagonista coletivo da gestão escolar**. Trabalho apresentado em sessão de comunicação, no 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação. São Paulo, p. 26 a 30. Abril de 2011.

HAMMES, E. L. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município** – das origens ao ano 2000. V. 1-4. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. rev. e amp. Goiânia: MF Livros, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educação e Pesquisa. São Paulo, SP, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

_____. **Crítica da Estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa-ação: princípios e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas. Papirus, 1998.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: SP. Papirus, 2004.

_____. **Projeto político pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. Retratos da escola**. Brasília, DF Vol. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

_____. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

VIRGÍNIO, Alexandre S. e BITENCOURT, Jaqueline M. V. **O direito à educação na formação de gestores escolares**. In: FLORES, Maria Luiza R. (org.). **Formação à distância para gestores da Educação Básica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p. 1.

7. ANEXOS

ANEXO A – Reunião SEAP – Conselho Escolar e Equipe Diretiva - Acervo pessoal



ANEXO B – Reunião SEAP – Segmento Pais - Acervo pessoal



ANEXO C – Reunião SEAP – Segmento Alunos - Acervo pessoal**ANEXO D – Reunião SEAP – Segmento Professores e Funcionários – Acervo pessoal**

ANEXO E – Reunião Inicial de professores e funcionários - Acervo pessoal



ANEXO F – Reunião Comunidade Escolar - Acervo pessoal



ANEXO G – Assembleia de estudantes - Acervo pessoal**ANEXO H – Comissão Pró-Grêmio - Acervo pessoal**

ANEXO I – Votação por aclamação e contraste - Acervo pessoal



ANEXO J – Comissão Pró-Grêmio com professoras colaboradoras analisando os modelos de estatuto - Acervo pessoal



ANEXO K – Apuração dos votos para eleição do GE- Acervo pessoal**ANEXO L – Chapa Inovação (única inscrição) - Acervo pessoal**

ANEXO M – Posse do Grêmio Estudantil Força Jovem- Acervo pessoal

